

Outras histórias: Beatriz do Nascimento por Alex Ratts

Allysson Fernandes Garcia¹

RATTS, Alex.

Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento. São Paulo: IMESP, 2007.

Resumo

Trata-se de resenha do livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento*, de Alex Ratts. Nela procuro apresentar um trabalho importante para aqueles interessados em conhecer melhor as histórias da diáspora afro-brasileira. A obra resenhada apresenta o pensamento de uma historiadora que em sua curta passagem deixou ensinamentos valiosos sobre a história dos quilombos e da resistência negra no atlântico sul.

Palavras-chave: Beatriz do Nascimento; História Afro-brasileira; Diáspora

O Atlântico é sem dúvida espaço privilegiado para o fluxo de sentidos históricos. Espaço de experiência, dos encontros, dos desencontros, dos confrontos, enfim, da relação. O Atlântico desloca a experiência histórica do Mediterrâneo, alimentando e ampliando o imaginário da modernidade ocidental.

Certa consciência histórica, produto e produtora da modernidade e do ocidente, foi estabelecida neste deslocamento que produziu o sistema mundo moderno/colonial. Sistema baseado em um novo padrão de poder, estabelecido pelo controle de produção e troca de mercadorias, bem como de produção de conhecimento. Um sistema mundo, pois pela primeira vez global com a “descoberta” e domínio do “Novo Mundo”.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor de História da América e África da Universidade Estadual de Goiás.

O capitalismo e o eurocentrismo são os elementos principais desse novo padrão de poder. Poder que se instituiu através do trabalho não pago de “ameríndios” e “negros” africanos, na América. A primeira categoria social produzida para fundamentar o domínio e subalternização por meio do controle da força de trabalho foi (o) “índio”. Categoria homogeneizadora, que visou fixar os autóctones das terras “descobertas” em um lugar específico na nova ordem social. Tal categoria racializou todos aqueles que viviam nas terras do que seria a(s) América(s). Espanhóis e portugueses trouxeram a experiência da primeira limpeza “étnica” que se tem notícia: no conflito com judeus e mulçumanos no século XV, os reinos ibéricos impuseram aos derrotados uma “certificação de sangue”. O sangue, por sua vez, carregaria atributos culturais, e essa noção seria transposta e contribuiria no controle, dominação e exploração das populações do novo mundo.

Esse processo de racialização iniciado no século XVI tem no século XIX sua fundamentação científica. Raça enquanto categoria científica atestou e confirmou a dominação. O homem em evolução, segundo as teorias raciais, tem como limite e degrau mais alto a sociedade europeia, em particular do norte da Europa. É a raça branca, europeia que conduzirá o mundo rumo à civilização. A missão cristianizadora dos primeiros séculos transforma-se em missão civilizadora. Inglaterra e França disputaram com a Alemanha a hegemonia do poder colonial. Com o desenvolvimento dos acirramentos internos em conjunto com o desenvolvimento tecnológico, esses países irão se trucidar em duas guerras no século XX. Guerras que, em números gerais, nem chegam próximo ao genocídio perpetrado nas Américas, África(s) e Ásia(s) durante o processo de colonização.

O Atlântico é a grande fronteira do “ocidente”. É a grande fronteira da modernidade e da colonialidade.² Na fronteira, o horizonte de expectativas se expande e se comprime em fluxos contínuos. Em “Sou Atlântica”, Alex Ratts nos apresenta um desses (contra) fluxos. Um feixe de luz captado em seu estampido doloroso e fugaz. “O silêncio da solidão”, brilhando e trazendo a felicidade. A trajetória de uma mulher. Uma mulher negra historiadora. Enfim, uma acadêmica, intelectual e ativista negra.

² Sobre a noção de colonialidade cf. Quijano (2005. p. 227-278).

O Atlântico de que trata Ratts é o Atlântico Negro. Negro não no sentido de uma pureza racial, mas que remete às dores e ao sofrimento indizíveis pelos quais os africanos escravizados e seus descendentes passaram no processo de construção do novo padrão de poder. Sobretudo, é o Atlântico do contrafluxo e da contramodernidade, onde os negros, mesmo após a dolorosa “passagem do meio”, conseguiram manter e re-construir cultura e conhecimento. Mesmo contra todas as barreiras, ultrapassaram o lugar fixado para eles na ordem vigente, não apenas braços e pernas dos senhores, mas um corpo regido pela cabeça – *Ori*. E justamente por meio da cabeça retomam o domínio do corpo, depositário da memória de um passado comunitário, corpo individual e comunitário destruído pela sanha da dominação colonial mercantilista.

O livro de Ratts é um movimento que ilumina a trajetória de uma mulher negra, seus desafios, sua luta para se manter de pé, de cabeça erguida ante as barreiras estabelecidas nas instituições e fruto do imaginário coletivo. Assim, neste trabalho, um dos objetivos é manter viva a memória de uma representante especial da trajetória coletiva que desde os quilombos procura manter a dignidade contra a desumanização, a violência e a discriminação. Luta que desde o século XIX é travada para transformar em cidadãos aqueles que foram marginalizados.

Dividido em duas partes, o livro mantém vivos os desejos e projetos de Beatriz do Nascimento. A primeira parte – “Quantos caminhos percorro” – é um diálogo com as ideias de Beatriz, visando traçar seu itinerário intelectual num esforço de reconhecimento de raça, de gênero, de lugares e de momentos. Ratts percorre através dos textos escritos e falados uma trajetória que em parte é a sua própria. O que fica claro na introdução ao citar Abdias do Nascimento: “Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada” (NASCIMENTO apud RATTTS, 2007, p. 19).

Aqui se faz necessário um adendo sobre a trajetória do autor. Alex Ratts vive em deslocamento, nordestino como Beatriz do Nascimento – ele do Ceará, ela de Pernambuco –, após graduar-se em Arquitetura e especializar-se em Geografia na Universidade Federal do Ceará, desenvolve seus estudos de mestrado em Geografia e Doutorado em Antropologia na Universidade de São Paulo. Hoje é professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de

Goiás, coordenando o Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes (NEAAD/ UFG) e o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (LaGente/IESA) da UFG, além de membro da direção da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Retomando a análise do livro, temos a segunda parte intitulada: “É tempo de falarmos de nós mesmo”, na qual Ratts elenca alguns artigos de Beatriz Nascimento. Em um trabalho de pesquisa abrangente, o autor reuniu artigos que procuram estabelecer um fluxo das ideias mediante pontos importantes do pensamento de Beatriz como: a ideia de quilombo em seu aspecto de resistência e manutenção de permanências da humanidade perdida pelos africanos que fizeram a “passagem do meio”; a questão do “problema do negro”, em uma reflexão sobre os estudos acadêmicos nos quais este fora objeto de estudo, Beatriz defende em contrapartida um negro como produtor de conhecimento, além de propor uma abordagem que se aproxime da realidade racial da população negra no Brasil.

Os títulos dos capítulos do livro são todos retirados da produção de Beatriz Nascimento. A primeira parte se divide em sete capítulos, sendo o primeiro uma introdução: “Antes tudo acontecesse como acontecem as histórias”. No capítulo dois, “É tão bom o retorno: memória, esquecimento, visibilidade”, Ratts procura reconstituir a lembrança de Beatriz perante a invisibilidade que acomete homens e mulheres negras no espaço acadêmico. Sergipana de nascimento, Beatriz cursou História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, estagiando no Arquivo Nacional, sob orientação de José Honório Rodrigues, tornando-se posteriormente professora da rede estadual de ensino. Na Universidade Federal Fluminense foi uma das fundadoras do Grupo de Trabalho André Rebouças, um grupo de estudos de estudantes negras(os). A pergunta que percorre o capítulo é “Como uma pessoa negra se torna um(a) intelectual no Brasil?” (RATTS, 2007, p. 30), tendo uma barreira étnico-racial pela frente. Faço a sugestão de olharmos para o corpo discente ou docente das Universidades e poderemos confirmar a baixa presença de homens negros e principalmente de mulheres negras. Em termos de produção de conhecimento, o silenciamento e o esquecimento dos intelectuais negros são ainda mais latentes principalmente porque segundo Ratts é um campo onde se evidencia:

[...] um problema de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, aos mecanismos da “invisibilidade negra” semelhantes em outros âmbitos sociais. (RATTS, 2007, p. 31)

Fica evidente que a produção dos intelectuais negros(as) é menosprezada por ser considerada militante, política, como se as escolhas teóricas, temáticas, no campo da pesquisa das humanidades não fossem políticas e muitas vezes militantes em termos de defesa de uma determinada tese ou teoria, uma vez que há certa perspectiva cientificista na academia que emana do alto de seus gabinetes a ideia de objetividade e neutralidade, de um saber descompromissado com as questões políticas, cujo compromisso seria com a “verdade”, como se os conceitos, métodos e teorias não fossem datados e produzidos a partir de certo lugar. Mais problemático ainda e gerador de controvérsia, estão o posicionamento e afirmação de uma identidade étnico-racial pela intelectualidade afrodescendente:

Os intelectuais brancos, que não deixam de ser atuantes (ou mesmo “ativistas”) em seus campos de pesquisa/intervenção, fazem desse circuito próximo suas redes profissionais. Promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos. Criam ou elegem para si fechados espaços acadêmicos e quase nunca evidenciam a branquitude que os amalgama, ainda que se aproximem de um(a) ou outro(a) intelectual negro(a) (RATTS, 2007, p. 30).

Ao assumir a ideia de “retorno”, Ratts visa “recolocar em pauta” a voz de uma intelectual negra, não como mera reverência, mas para situar Beatriz Nascimento pelo seu próprio mérito no rol dos(as) intelectuais negros(as). Nesse sentido, Ratts procura deslocar o pensamento de Beatriz para que ele tenha continuidade no diálogo que seu livro possibilitará àqueles que se interessarem pela produção intelectual negra.

No capítulo 3, “Este projeto é também um grande sonho: os territórios do discurso”, Ratts aprofunda-se no diálogo com a produção intelectual de Beatriz dentro do Grupo de Trabalho André Rebouças, apresentando-nos a crítica produzida contra a tradição acadêmica de invisibilidade do pensamento e a história dos negros no Brasil e, ao mesmo tempo, busca a ampliação da abordagem da questão étnico-racial.

Beatriz do Nascimento questionava o silêncio em relação à história do negro do Brasil; ao entrar na academia, ficou chocada com o “eterno” estudo do negro enquanto escravo. Assim, seus projetos foram construídos no sentido de incorporar uma história do negro condizente com a sua situação, ou seja, enquanto sujeito e agente histórico, como ela bem enfatiza: “Somos a história viva do preto, não números”. Essa noção possibilitou a produção de uma obra inacabada, na qual Beatriz dialogou tanto com uma tradição historiográfica que fixou os afrodescendentes enquanto escravos – objetos de estudo –, reproduzindo uma visão estereotipada, discriminatória, enfim, racista, que ela procurou desmontar por meio do estudo sobre os quilombos; quanto com outros intelectuais negros que produziam um pensamento que abandonava ideias como “aceitação”, “integração” e “igualdade”, tidas como o ponto de vista do dominador. Durante a década de 1970, a ideia de “democracia racial” será um ponto de crítica importantíssimo para uma nova intelectualidade e militância negras no país.

No capítulo 4, “Esse emaranhado de sutilezas: o racismo brasileiro e as possibilidades de reação”, o autor trata justamente do enfrentamento ao racismo na trajetória de Beatriz do Nascimento. Racismo “velado” e “inexistente”, ideias mistificadoras de uma “sofisticada rede de pensamentos e ações” que atuam no dia a dia, perpassando instituições, classes sociais, mas enfim, presença real em nossa sociedade. Nesse sentido, a reação deveria ser também multifacetada tanto quanto o nosso racismo. Beatriz agregou diversas possibilidades de reação: de estratégias individuais, passando pelo reconhecimento de grupo étnico-racial até a constituição de movimentos negros.

Quilombos foi o principal tema de pesquisa de Beatriz do Nascimento; segundo Ratts, ele seria mais um tema que emergiu extramuros da universidade, produzido a partir dos sujeitos diretamente envolvidos na temática. Assim, no capítulo 5, “A terra é o meu quilombo – Terra, território, territorialidade”, o autor apresenta o quilombo enquanto ponto de tensão entre a intelectualidade acadêmica hegemônica – que inseria a temática no que se costumava chamar de “questão do negro” –, e a intelectualidade negra que o utilizava enquanto uma conotação ideológica, um espaço de luta, de agregação, de comunidade.

A aceitação do quilombo como linha de pesquisa foi protelada pela academia, justamente pelo questionamento de ser um tema ideologizado, vindo de “fora”, como afirmava o antropólogo “uspiano” João Batista Pereira. Vale lembrar que o 20 de novembro como uma data antítese ao 13 de maio, porque simbolizando a morte de Zumbi, significou uma nova postura dos negros frente à sociedade brasileira ancorada, principalmente, na noção de resistência. Entre 1976 e 1994, foi um projeto em que Beatriz sonhou e não conseguiu concretizar em decorrência de seu assassinato. Procurava ela, no estudo do quilombo, uma “continuidade histórica”. E um dos títulos que ela pensava dar ao trabalho representa essa perspectiva: “A memória e a esperança de recuperação do poder usurpado”.

O Quilombo emergia enquanto símbolo da luta dos negros por um espaço digno na nação, um espaço de liberdade, território de paz. Assim, as favelas, os “bailes black”, as comunidades negras rurais emergiam como essa continuidade: de homens que procuravam construir territórios alternativos. Abriam-se com seus estudos vários aspectos como a toponímia, a memória, a relação África-Brasil, a territorialidade e o espaço, contribuindo para uma nova postura crítica no seio da História, ultrapassando as visões ortodoxas que procuravam explicar todos os fenômenos políticos através da questão de classe. Para Beatriz, o Quilombo e a África, mais do que meros objetos de pesquisa, eram terras-mães imaginadas.

No capítulo 6, “Corpo/mapa de um país longínquo – intelecto, memória e corporeidade”, Ratts abre um diálogo com Beatriz em uma reafirmação da humanidade do negro, do corpo negro. Para além de sua desobjetificação, o diálogo repassa as construções de Beatriz para a reposição de si mesma e da coletividade a que pertence. Reposição a um espaço de reconhecimento e de relações mais humanizadas que se dá entre iguais, espaço de respeito e paz. A metáfora de Ori emerge como a rearticulação entre cabeça e corpo, entre intelecto e corporeidade, contribuindo para repensar a identidade pessoal e coletiva dos negros.

Nas palavras de Beatriz: “Ori é uma recriação da identidade nacional através do movimento negro nos anos 1970”. Momento em que os negros passam a “falar sociologicamente”, fala gestada durante o século XX desde a imprensa ne-

gra paulista na década de 1910 até a fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, e que extrapola tais datações. Nesse sentido, a relação entre identidade, corpo e espaço é privilegiada por Ratts, que ao traçar o diálogo sobre esse corpo que percorre trilhas de perdas e encontros, demonstra que, em espaços como os quilombos, os terreiros, os bailes os corpos negros se refazem e recompõem-se no meio de iguais, podendo recriar o passado perdido e ao mesmo tempo alargar o horizonte de expectativas na afirmação de sua humanidade individual e coletiva.

No último capítulo da primeira parte, “Eu sou atlântica: transmigração, mulher negra e autoestima”, Alex Ratts conclui o diálogo ao demonstrar as conexões do pensamento de Beatriz com a coletividade negra, explícita na produção do termo transmigração, cunhado para dar conta da mobilização forçada da população negra, entre África e Brasil, entre a zona rural e a cidade, entre o Nordeste e o Sudeste. A questão da mulher negra é apresentada a partir das questões afetivas, limitadas pelas questões étnico-raciais, que fixam estereótipos e inferiorizam a mulher negra preterida mesmo entre os próprios homens negros, dentro da repetição de um padrão hegemônico branco. Assim, as sequelas para a mulher negra são incomensuráveis, acometidas, inclusive, em sua saúde mental perante os “micro-mecanismos” do racismo e do sexismo.

Os artigos organizados na segunda parte são uma espécie de panorama do pensamento e trajetória de Beatriz, sendo eles: “Por uma história do homem negro” (1974); “Negro e racismo” (1974); “A mulher negra no mercado de trabalho” (1976); “Nossa democracia racial” (1977); “*Kilombo* e memória comunitária: um estudo de caso” (1982); “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” (1985); “Daquilo que se chama cultura” (1986); e “A mulher negra e o amor” (1990). Tais artigos constituem uma reflexão ensaística desmistificadora de noções caras à nossa interpretação de História social e cultural, sobretudo no que tange à pretensa “democracia racial”.

Assim, falar de si mesmo é o fundamento de sustentação da tentativa de Beatriz em interpretar e iluminar a realidade da população negra no Brasil, manuseando argumentos baseados na memória coletiva, na experiência de vida cotidiana

da mulher negra, lançando mão de uma análise total, em que os elementos econômicos, sociais, políticos, psicológicos, entre outros, são chamados a contribuir para uma compreensão verdadeira da história viva do negro. Demonstram ainda o desenvolvimento de seu pensamento, apesar de a autora não ter concluído seus projetos de pesquisa, esses artigos podem demonstrar suas ideias vivas em pleno movimento e diálogo com as questões vividas pela autora e que bem representam as relações dos afrodescendentes dentro e fora da academia. Apresentam a força para resistir ao silenciamento, ao apagamento de uma memória e que Alex Ratts, tão bem, soube trazer à tona mais uma vez.

É interessante perceber nos artigos de Beatriz do Nascimento o desenvolvimento de uma noção de quilombo que se tornaria presente nas demandas do movimento negro em seu ressurgimento em 1978. Em seu trabalho, percebemos o esforço por transfigurar a imagem da África e de seus filhos negros na diáspora. O afrocentrismo, ainda que não dito, contribui no rompimento com a perspectiva eurocêntrica. Nesse sentido, o quilombo é definido como uma permanência e/ou ressurgimento da instituição africana no Brasil, que possibilitou a organização política e comunitária, cuja historicidade desenvolve uma redefinição, tornando-se, ainda no século XIX, símbolo de resistência étnica e política, funcionando, segundo Beatriz do Nascimento, como motor de um processo de reconhecimento da identidade negra brasileira.

Pena que seu movimento terminou tragicamente cedo; possivelmente teríamos visto a concretização de seu trabalho rumo a outra leitura sobre a história viva dos negros em nosso país, onde falar do negro em nossa história não seria apenas para apontá-los como contribuintes ou vítimas, mas para apresentá-los como participantes de nossa formação histórico-social.

O livro de Alex Ratts materializa uma tentativa singular de colocar novamente em evidência esse outro pensamento sobre o que nós somos enquanto povo. Eis um livro de leitura obrigatória seja por acadêmicos interessados na história dos negros no Brasil ou nas questões raciais e de gênero, seja por ativistas do movimento negro e feminista. Enfim, uma obra que, como nos ensina a escritora nigeriana

Chimamanda Adichie, contribui para nos distanciarmos dos perigos de uma única história.³

³ Cf. a conferencia: TED. *Chimamanda Adichie*: o perigo de uma única história. 2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/por_br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 6 maio 2010.